



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias 01 e 02 de dezembro de hum mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de hum mii novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco. A Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutora **Maria Angélica**, iniciou a reunião informando que a UNICAMP havia respondido ao ofício do Conselho Nacional de Saúde que solicitava esclarecimentos sobre pesquisa clínica naquela universidade. Disse não ter recebido resposta do Ministério da Fazenda sobre informações relacionadas a serviços prestados. Comunicou que a Associação Paranaense dos Secretários Municipais de Saúde fez a 6ª Regional de Saúde onde demonstraram seu descontentamento sobre a atual política de saúde. O Conselheiro **Mansur** solicitou a presença do Presidente da GEAP na próxima reunião, por considerar grave situação de pagamento daquele órgão. A Coordenadora **Maria Angélica** apresentou a nova representante do Ministério da Previdência no Conselho, Doutora **Isa Maria Pagano Castilho**. O Conselheiro **João Guerra** mencionou o Dia Mundial de Combate a AIDS, considerando ser de urgência a estruturação de um programa para combater essa epidemia. A Coordenadora **Maria Angélica** informou que a DST/AIDS agora estaria subordinada a Fundação Nacional de Saúde. O Conselheiro **Elias Jorge** apresentou o novo suplente do Conselheiro **Mosconi**, Doutor **Fernando Flora**. O Conselheiro **Eurípedes** falou sobre a visita ao Hospital Humberto Primo na tentativa de resolver o problema deste. Foi realizada reunião, tendo a participação dele e do Conselheiro **Leilton**, o Conselheiro **Mosconi** e o Doutor **Silvano Raia** (Secretário Municipal de Saúde de São Paulo) tendo resolvido que seria apresentada em um mês a municipalização do hospital dentro do passivo. E a situação que havia ficado seria no sentido de aguardar o posicionamento dos servidores e do Conselho Curador Ítalo Brasileiro. A outra alternativa seria a de vender parte do patrimônio. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou que fosse pautada para a próxima reunião do Conselho a discussão sobre Formação dos Médicos. O Conselheiro **Carlini** complementou o que foi solicitado pelo Conselheiro **Eurípedes** falando que deveria ser estudado o perfil das escolas médicas no Brasil. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou que fosse estendido o assunto sobre a CINAEM. O Conselheiro **Seixas** expressou o seu contentamento pela posse da Conselheira **Zilda** na Coordenação Geral de Saúde Materno Infantil, com a certeza de que iria desempenhar um grande trabalho à frente dessa Coordenação. O Conselheiro **Jocélio** considerou importante a Resolução do Conselho Federal de Medicina sobre o atendimento a todas as doenças pelos seguros de saúde, sugerindo que o Conselho deveria fazer moção de apoio. O Conselheiro **Dellape** considerou abuso de poder essa Resolução do Conselho Federal de Medicina, ponderando que este é apenas um órgão normativo, que deveria ser um melhor estudo sobre a matéria, pois milhões de pessoas iriam ficar prejudicadas. O Conselheiro **João Guerra** considerou a Resolução do CFM de suma importância na luta contra a AIDS. O Conselheiro **Thiers** se pronunciou sobre o Decreto nº 793, que trata dos genéricos, lembrando que o prazo para que as indústrias alterassem a nomenclatura dos produtos, venceria no dia 05 de dezembro, observou que estaria faltando vontade política do Ministro da Saúde em fazer valer o referido decreto. Manifestando muita preocupação fez um apelo ao Ministro para que o decreto fosse implantado na sua íntegra. O Secretário Executivo, Doutor **Dioclécio** convidou todos os Conselheiros para participarem do evento da Luta contra a AIDS que estaria sendo realizado naquele momento, no Auditório Emilio Ribas, ressaltando a importância da presença dos Conselheiros na abertura do evento. O Conselheiro **Eurípedes** sugeriu que fosse o Conselheiro **João Guerra** representando o Conselho. O Conselheiro **Raimundo** considerou que todos deveriam participar da abertura do evento. O Conselheiro **Dellape** sugeriu que deveria ser feita uma comissão liderada pelo Conselheiro **João Guerra**. O Conselheiro **João Guerra** lembrou a todos que a AIDS era tão importante como qualquer outra doença. A Coordenadora **Maria Angélica** apresentou duas propostas para serem votadas: **1** – Todos os Conselheiros fossem na abertura do evento; **2** – Uma comissão fosse representar o Conselho. A proposta vencedora foi a de uma comissão representar o Conselho na abertura do evento. A comissão foi composta pelos Conselheiros: **João Guerra**, **Jocélio**, **Zilda**,

Benício e Raimundo. O Conselheiro **Dellape** manifestou sua tristeza pela saída do Conselheiro **Elias** do CNS, considerando que o mesmo veio dar nova visão ao aspecto orçamentário da saúde. Agradeceu sua participação no período em que permaneceu no Conselho. O Conselheiro **Elias** agradeceu e considerou importante que fosse dado andamento a Resolução 72 do CNS, onde há solicitação de assessoria técnica sobre financiamento, e o mesmo havia sido convidado para ser o assessor técnico dessa área. O Conselheiro **Amorim** informou que havia estado com o presidente da GEAP, e a Patronal estaria passando por uma fase de calamidade pública. O Conselheiro **Nelson Seixas** citou a Portaria 2.036 que permite tratamento no exterior, estranhou essa portaria, por considerar que a mesma afronta a medicina brasileira, solicitando explicações ao Ministro sobre essa Portaria. O Conselheiro **Carlini** disse que estaria havendo colisão entre as decisões da CRAME e a Comissão Nacional de Vigilância Sanitária. Solicitou apoio do CNS às resoluções da CRAME, por esta comissão estar analisando todo o arsenal terapêutico no Brasil. O Conselheiro **Eurípedes** ponderou que deveria haver integração entre as comissões técnicas e intersetoriais do Conselho e as da Secretaria de Vigilância Sanitária. O Conselheiro **Swedenberger** solicitou da Coordenação do Conselho levantamento sobre as Resoluções do CNS no período de gestão do Senhor Ministro **Henrique Santillo**, pedindo ainda, que o Ministro trouxesse posição quanto a Relatoria sobre a estruturação do Ministério da Saúde, colocando-se a disposição do Ministro para eventuais esclarecimentos relacionados à proposta do Conselho. Informou que estaria tramitando no Congresso Nacional, Projeto de Lei sobre a fluoretização no sal, este projeto estaria com a Comissão de Seguridade Social; afirmou que o referido projeto de lei era contrário à posição do Ministério da Saúde, citando a Portaria nº 185, considerando necessário que o Ministério da Saúde estabelecesse o índice de fluoretização no sal. Pediu que o Conselho se dirigisse a Comissão de Seguridade Social para avaliar com maior propriedade o referido Projeto de Lei. A Coordenadora **Maria Angélica** solicitou que fosse vista a Ata da 30ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada com correções realizadas pelos Conselheiros. O Conselheiro **Dellape** sugeriu que nas próximas reuniões as correções fossem enviadas por escrito à Coordenação. A Coordenadora **Maria Angélica** lembrou que a sugestão do Conselheiro **Dellape** já havia sido feita em reuniões anteriores, mas havendo concordância dos Conselheiros esse procedimento iria ser adotado nas próximas reuniões. O Plenário acatou a sugestão do Conselheiro **Dellape**. Em seguida passou-se ao tema 01. **TEMA 01 – Fixação de Limite de 20% de Cesareanas no Número Total de Partos** – Comissão Relatora: Conselheiros **Mário Cardoso, Leny Campelo e Nelson Seixas**. O Conselheiro **Nelson Seixas** fez a apresentação da Relatoria, ressaltando que com a evolução da medicina, o avanço tecnológico desse tipo de parto foi ganhando maior segurança. Ressaltou que o Brasil é campeão nesse tipo de parto. Parabenizou o Ministro **Jamil Haddad** pela portaria de assistência ao parto, evitando com isso uma série de problemas. Citou a Tabela da AMB – que dispõe pagamento diferenciado entre parto cesáreo e vaginal. Considerou que se devesse preparar melhor os médicos para a realização de partos, e que a remuneração do parto vaginal deveria ser maior que a do parto cesáreo. Informou que haviam anexado ao processo vários documentos do Doutor **Pinnotti** sobre esse assunto, finalizou dizendo que era contrário à fixação de limite de 20% de cesareanas. O Conselheiro **Nelson Seixas** informou que havia estado em uma reunião da AMB e anexado a proposta dessa entidade sobre partos no processo. O Conselheiro **Eurípedes** demonstrou contentamento pelo parecer da relatoria. Ressaltou que questões administrativas interferiam na realização de partos, havendo também outras interferências, citando como exemplo a ligadura de trompas. Solicitou que fosse pautada uma discussão sobre ligadura de trompas. Esclareceu que o parto cesáreo não dependia só dos médicos. Considerou adequada uma campanha de esclarecimento à população e a proposta da AMB. O Conselheiro **Mansur** concordou com os Conselheiros **Eurípedes e Nelson Seixas**. Referiu-se as dificuldades que os médicos recém formados têm em fazer partos. Considerou que com os avanços tecnológicos ficaria difícil se limitar as cesareanas. O Conselheiro **Carlini** observou que a discussão era gerada apenas em torno da técnica, devendo ser discutida a parte econômica também. Fez referência as tabelas do relatório e considerou que deveria haver um controle dos partos cesáreos, devendo a população ser esclarecida sobre os aspectos enganadores do parto cesáreo. Foi contrário ao parecer da relatoria, acreditando que devesse ser fixado limite de cesareanas. O Conselheiro **Mansur** acreditou que devesse ser levada e consideração à inadequação do sistema pré-natal. Disse que hospitais de referência recebem muitos casos complicados, não sendo possível evitar o parto cesáreo. A Conselheira **Ana Maria** apontou o quadro por regiões, explicando que na região Nordeste, no seu ponto de vista, por razões econômicas e culturais, o parto cesáreo quase não era utilizado. O Conselheiro **Amorim** acreditou serem procedentes campanhas esclarecedoras sobre o assunto. O Conselheiro **Dellape** concordou com o Conselheiro **Carlini** sobre a importância do fator econômico e achou necessário ser revista a questão das faculdades de medicina. Considerou importante a promoção de campanhas de esclarecimento da população. Acreditando que não devesse ser fixado limites para o parto cesáreo. O Conselheiro **Carlini**

considerou os argumentos técnicos falaciosos, devendo prevalecer os aspectos econômicos, tendo que se delimitar porcentagens para o parto cesáreo, juntamente com programas educacionais. A Conselheira **Zilda** afirmou que muitas das incidências de parto cesáreo estariam ligadas à laqueadura das trompas e observou que os profissionais não registravam o motivo da realização da cesárea. O Conselheiro **Jocélio** disse não achar justificativa razoável para não estabelecer limites de partos cesáreos, defendendo o projeto que limita o número dos mesmos. O Conselheiro **Eurípedes** sugeriu que o Conselho promovesse estudos para definir índices de limites de parto cesáreo no Brasil. O Conselheiro **Nelson Seixas** considerou importante o que foi falado pela Conselheira **Zilda** sobre laqueadura de trompas, sugeriu que fosse feito um painel sobre o assunto. Perguntou ao Secretário Executivo, Doutor **Dioclécio**, quais as conseqüências do parto cesareano. O Secretário Executivo, Doutor **Dioclécio** deu sua opinião como pediatra, afirmando que o parto cesareano deveria ser feito somente em casos de urgência, existindo a importância da preservação do processo natural. Ressaltou o alto índice de partos prematuros. Como professor universitário considerou importante que as recomendações atingissem as universidades para que os alunos tenham consciência do problema. Endossou as palavras do Conselheiro **Eurípedes**, achando necessário se aprofundar estudos para criar parâmetros, disse acreditar que uma remuneração diferenciada para o parto normal diminuiria os partos cesáreos. O Conselheiro **Ely Toscano** demonstrou sua preocupação por existir um número crescente de lesões cerebrais decorrentes de partos normais mal sucedidos, nas clínicas onde trabalha. Considerou importante uma maior responsabilidade por parte dos diretores de hospitais. Após a prolongada discussão a Coordenadora **Maria Angélica** colocou em votação o tema, considerando duas propostas: **1** – aprovar o parecer da relatoria que é o de não estabelecer limites para partos cesareanos; **2** – estabelecer limites para partos cesareanos. A proposta aprovada foi a de não fixar limites. O Conselheiro **Carlini** declarou seu voto: *“Votei favoravelmente por estabelecer uma porcentagem de cesarianas por que sou de opinião que é melhor o Ministério da Saúde estabelecer este valor (20%) do que aceitar uma porcentagem que já está imposta, cerca de 50/60%, por motivos não puramente médicos”*. A Coordenadora, em seguida, colocou em votação as demais recomendações do parecer da relatoria. O Conselho aprovou com modificações realizadas em Plenário. A Coordenadora **Maria Angélica** registrou a presença do ex-Ministro **Adib Jatene** no Conselho. O Doutor **Adib Jatene** disse ter vindo para participar da Solenidade do Dia Mundial da AIDS e aproveitou a oportunidade para vir ao Conselho demonstrar todo o seu apreço por todos, afirmou que sempre que podia ressaltava o controle social; considerou importante o CNS lutar para compor o orçamento e assegurar as fontes de recursos para 1994. Ressaltou a ilegalidade que estava sendo cometida pelo Ministro **Brito** em relação à distribuição de recursos da Seguridade informou que iria até o Supremo Tribunal Federal ver o resultado do julgamento da COFINS. Acreditando que todo o esforço que haviam feito até aquele momento poderia ser perdido se a parte financeira não fosse resolvida. Disse ter visto várias resoluções do CNS no sentido de assegurar o setor financeiro da saúde. O Secretário Executivo, Doutor **Dioclécio** demonstrou contentamento em receber o Doutor **Adib Jatene** no Conselho. Respeitou a opinião do Conselheiro **Thiers** em relação ao fato de considerar falta de vontade política do Ministro Santillo em fazer valer o Decreto 793, considerando que havia várias formas de visão do assunto. Afirmou entender que cabia ao Ministro **Henrique Santillo** a entrada em vigor do referido decreto, e que em nenhum momento deixou de reiterá-los. Informou sobre reunião realizada com o Deputado Eduardo Jorge tratando Projeto de Lei que regulamenta os genéricos no Brasil, segundo ele, a reunião teve a participação de pessoas das áreas envolvidas, buscando traçar caminhos de concordância. Ressaltou que para a viabilização de qualquer projeto de lei deve-se ter o conhecimento da realidade, apontando que o domínio das empresas no mercado de medicamentos é muito forte, por esta razão a vontade política se manifestava de maneira diferente. A Conselheira **Zilda** elogiou o evento da Luta contra a AIDS. Pediu ao ex-Ministro **Adib Jatene** que intercedesse junto ao Congresso Nacional na questão do orçamento, pois o mesmo tinha muito prestígio naquela Casa. O Doutor **Adib Jatene** afirmou que estaria empenhado para resolver o problema financeiro da saúde juntamente com o Ministro **Henrique Santillo**. O Conselheiro **Nelson Seixas** novamente falou da Portaria 1.236 que autorizava tratamento no exterior, considerando prejudicial para a saúde no Brasil. O Doutor **Dioclécio** reconheceu que foi produzida de forma equivocada e seria revogada, informando que não havia sido feita autorização para tratamento no exterior. O Conselheiro **Dellape** congratulou o ex-Ministro **Adib Jatene**, ressaltando que foi considerado por todos um dos melhores ministros que a saúde já teve, principalmente por ter o devido respeito pelo CNS. O Doutor **Adib Jatene** disse do mal entendido feito pela imprensa sobre o pagamento dos voluntários para pesquisa clínica, afirmando que era impossível fazer pesquisa de bioequivalência sem voluntários e o CNS já havia estabelecido normas para esse tipo de pesquisa. A Coordenadora **Maria Angélica** explicou que o Conselho já havia tomado conhecimento da situação, mas o agravante do fato era que o Departamento responsável pela pesquisa da UNICAMP não era credenciado pelo Conselho. O Conselheiro **Carlini** considerou antiético não haver pagamento

de voluntários, baseando-se em órgãos mundiais, achando a postura da imprensa ofensiva e que o conselho Nacional de Saúde devia tomar atitude em relação a isso. O Conselheiro **Eurípedes** avisou que o CRM de São Paulo já estava averiguando o problema na UNICAMP. O Conselheiro **Thiers** disse ter feito ofício a UNICAMP no sentido de esclarecer a situação e preservar a instituição. Em seguida passou-se ao tema 2. **TEMA 2 – Encaminhamentos da Comissão Tripartite (Tabelas, Normas de Procedimentos)** – A Coordenadora **Maria Angélica** informou que o Doutor **Gilson Carvalho** não faria a exposição do tema por estar em repouso devido a um problema cardíaco, substituindo-o o Doutor **Fernando Flora**. Doutor **Fernando Flora** iniciou a apresentação informando que a Coordenação da Tripartite havia sido transferida para a SAS. O Conselheiro **Allgayer** fez um relato sobre a situação do Conselho Estadual do RS, que o judiciário teria resolvido que o Conselho deveria ser criado por lei e não como estava, por decreto. Portanto o Conselho não poderia se reunir por algum tempo. O Conselheiro **Jocélio** solicitou esclarecimento sobre a atuação da Tripartite em relação aos Conselhos. O Doutor **Fernando Flora** explicou que a Tripartite estaria entrando em contato com os Conselhos Estaduais que ainda não possuíam bipartite. O Conselheiro **Jocélio** perguntou qual a perspectiva do Ministério da Saúde em relação à descentralização. Questionou várias medidas recentes do Ministério da Saúde que tinham caráter recentralizantes e solicitou maior divulgação das discussões e resoluções da comissão tripartite, que não reclamou contra essas medidas. As resoluções devem vir ao CNS. O Doutor **Fernando Flora** afirmou que todas as declarações do Excelentíssimo Senhor Ministro **Henrique Santillo** eram no sentido da descentralização e que a mudança da Tripartite para a SAS era meramente operacional. Considerou boa a solicitação do Conselho para receber as resoluções da Tripartite. Lembrou que a NOB/93 era o único instrumento legal, normatizador dos problemas operacionais em relação aos gestores. O Conselheiro **Aboim** informou que após a intervenção do Conselho no Rio de Janeiro o Conselho Estadual de Saúde do RJ passou a funcionar. A Coordenadora **Maria Angélica** disse que o Conselho do Rio de Janeiro estaria funcionando sem a Bipartite. O Conselheiro **Allgayer** rememorou o que havia sido decidido na reunião de novembro de 1993 do CNS, que os valores remuneratórios deveriam ser atualizados todos os meses. O Doutor **Fernando Flora** informou que a tripartite estaria procurando agilizar o processo de descentralização, verificando os pontos que os gestores consideravam estar emperrando este processo, citando como um dos principais pontos o financiamento. O repasse de recursos seria uma das grandes preocupações dos gestores, havendo consenso entre eles que este repasse de recursos deveria ser feito Fundo a Fundo. O Conselheiro **Allgayer** acreditou ser interessante que o Ministério da Saúde juntamente com o CONASS e o CONASEMS deveriam elaborar proposta para uma melhor forma de repasse de recursos em janeiro. A Coordenadora solicitou que o Conselheiro **Jocélio** fizesse a apresentação de como estaria a situação dos Conselhos Estaduais de Saúde. O Conselheiro **Jocélio** informou que o AC, AP, SE, TO, RO, SP, BA e MA, não haviam dado resposta à Resolução 81, e que o AC e MA se destacavam por haver denúncia de corrupção no estado. Os estados de AM, DF, PR, RR, RS, RJ, SE, TO, teriam que completar suas respostas. Os estados que não havia citado é que estariam sem problemas. A Coordenadora **Maria Angélica** ponderou para que não fossem tomadas decisões precipitadas e que haveria um prazo legal para a suspensão das verbas. O Conselheiro **Dellape** considerou que a questão abordada deveria ser encaminhada a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e à Tripartite. O Conselheiro **Allgayer** recordou que os prestadores privados tinham um contrato para prestação de serviços, e que os serviços prestados deveriam ser pagos independente de repassar ou não recursos para os Estados que não tinham cumprido as resoluções do Conselho. O Conselheiro **Francisco** disse que o Acre teria faltado com o respeito ao Conselho, além de estar desrespeitando o dinheiro público, por isso concordava com o não repasse de verba para este estado. O Conselheiro **Benício** afirmou que o controle social deveria ser respeitado e que não vinha sendo cumprida a lei. Devendo o CNS fazer gestões junto aos estados com problemas de Conselho para tentar solucionar os impasses. Reiterando a necessidade de repensar a suspensão do repasse dos recursos aos estados. A Conselheira **Ana Maria** por ser do Estado da Paraíba expôs com maior exatidão o que estaria acontecendo com aquele Conselho. O Conselheiro **Jocélio** informou que a atitude do Conselho seria a de não estar conivente com a corrupção nos estados; ponderando que o trabalho deveria ser feito em linhas construtivas e que a partir das decisões do CNS é que o controle social nos estados poderia avançar. O Conselheiro **Dellape** citou a Lei 8.142, afirmando com isso que os prestadores de serviço de saúde não poderiam ser prejudicados com a decisão do Conselho. O Conselheiro **Jocélio** reforçou a idéia de que MA e AC não deveriam receber o repasse, enquanto não esclarecessem sua situação. O Conselheiro **Allgayer** disse não ser possível penalizar os prestadores municipais e privados, pois os mesmos prestavam serviços. O Conselheiro **Jocélio** concordou com o Conselheiro **Allgayer** que os prestadores não poderiam ser prejudicados e que caberia ao Ministério da Saúde encontrar a solução para esse impasse. O Conselheiro **Allgayer** propôs que fosse redigida uma proposta consensual por uma comissão. O Conselheiro **Carlini** considerou o momento difícil e a suspensão de recursos era

236 pertinente. O Conselheiro **Benício** disse que deveriam ser asseguradas as fontes de recursos para a
237 saúde e o Conselho deveria continuar insistindo em fazer o controle social, achando que a população
238 não deveria ser punida com as decisões do Conselho. A Coordenadora **Maria Angélica** considerou o
239 consenso do plenário em relação à proposta do Conselheiro **Allgayer** de se criar uma comissão para
240 elaboração de uma proposta única. A comissão foi composta pelos conselheiros: **Allgayer, Jocélio,**
241 **Francisco e Danilo**. O Doutor **Fernando Flora** agradeceu a todos e despediu-se. O Conselheiro
242 **Jocélio** apresentou proposta da comissão relatora para os estados: **1)** não repassar verba para o Acre;
243 **2)** prazo até 31/12 para resposta da Resolução 81 para os estados: Amapá, Sergipe, Tocantins,
244 Rondônia, São Paulo e Bahia, caso não respondessem, haveria a suspensão da verba; solicitar reunião
245 com o Conselho Estadual de Saúde até 22/12 nos estados: Alagoas, Maranhão, Espírito Santo, Rio
246 Grande do Norte e Paraíba; tendo a participação de membros desses Conselhos, para averiguação de
247 funcionamento do controle social no SUS Estadual, sendo que o Conselheiro visitante desses estados
248 deveria apresentar relatório até 31/12, para apreciação do resultado na próxima reunião; **4)** solicitar
249 complementação de informações dos estados: Amazonas, Distrito Federal, Paraná, Roraima, Rio
250 Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe e Tocantins; **5)** os estados que não foram citados repassar os
251 recursos; **6)** solicitar ao Ministério da Saúde auditoria técnica, contábil e financeira nos estados do
252 Maranhão, Acre e Alagoas. Ressaltou que a comissão relatora havia considerado todos os fatores, e
253 que em alguns estados não havia tido unanimidade nas decisões. A Coordenadora **Maria Angélica**
254 colocou em votação a proposta da relatoria com destaque para o estado do Acre. O plenário aprovou a
255 proposta da Coordenação. O Conselheiro **Danilo** defendeu a proposta de repasse de verba ao Acre,
256 alegando que este estado estaria num governo de transição, acreditando que o Conselho devesse
257 considerar o momento político do estado e levando em conta que a população seria a maior
258 prejudicada com essa resolução do Conselho. A Coordenadora **Maria Angélica** pediu licença para
259 registrar a presença do Subsecretário de Saúde de Minas Gerais, Doutor **Ricardo de Freitas Scotti**.
260 Voltando-se a discussão o Conselheiro **Francisco** disse que defendia o não repasse de verbas àquele
261 estado, por estar ocorrendo irregularidades no setor saúde daquela região. Acreditando que o Conselho
262 Nacional de Saúde devesse ser respeitado em suas resoluções, afirmou não estar defendendo
263 interesses pessoais, mas sim de toda uma população, devendo o Conselho tomar uma posição digna.
264 Por ser do Acre, verificou que não saberia dizer onde estaria indo a verba destinada ao setor saúde
265 naquele estado. A Coordenadora **Maria Angélica** após ouvir as defesas colocou em votação a
266 proposta dos Conselheiros **Danilo e Francisco**. A proposta vencedora foi a do Conselheiro **Francisco**,
267 não repassar a verba para aquele estado. O Conselheiro **Allgayer** explicou que o que estava sendo
268 aprovado era o repasse de verba do Governo Federal para Governo Estadual e que no âmbito do SUS
269 o setor privado receberia os recursos normalmente, considerando que o pagamento era de serviços
270 prestados. O Conselheiro **Jocélio** considerou como principal obrigação do Conselho trabalhar para
271 existência do controle social em estados e municípios, onde isso não ocorresse os recursos destinados
272 à saúde não deveriam ser repassados. O Conselheiro **Swedenberger** esclareceu que o Conselho teria
273 a obrigação de viabilizar o controle social e os recursos não deveriam ser repassados ao estado e/ou
274 prestadores privados, devendo ser explícito no texto da resolução. A Coordenadora colocou em
275 votação: **1)** se todos falariam sobre o assunto do repasse ao estado e prestadores privados, e **2)** seria
276 escolhido um representante para defender o repasse ou não da verba aos prestadores privados. A
277 proposta vencedora foi a de nº 2. O Conselheiro **Mozart** esclareceu ao plenário que conforme a Lei nº
278 8.142, artigo 4º, o estado e/ou município que não cumprisse a lei perderia o poder de administrar seus
279 recursos, cabendo a União à administração destes, sugerindo que a resolução do Conselho seguisse o
280 que estava explicitado em lei. O Conselheiro **Jocélio** ponderou, pois considerou sensata a
281 argumentação do Conselheiro **Mozart**, acreditando que a União na administração desses recursos,
282 deveria discutir alternativas com o setor privado convencionado. A Coordenadora **Maria Angélica**
283 considerou consensual a proposta de suspensão dos recursos ao Acre, sendo os mesmos
284 administrados pela União. O Conselheiro **Francisco** expressou o seu desejo de que a lei fosse
285 cumprida, não repassando recursos para mãos de quem não soubessem administrá-los. O Conselheiro
286 **Swedenberger** considerou importante que o Ministro da Saúde fizesse uma Portaria que
287 regulamentasse o não repasse de recursos aos estados que não estivessem cumprindo a lei, conforme
288 determina a Lei 8.142. O Conselheiro **Sabino** entregou documentos que denunciavam: **01** – o desvio
289 das AIH's no Estado de Alagoas, através de interferências políticas, principalmente, para os hospitais
290 de propriedade do Deputado Estadual, médico Talverus Albuquerque; **02** – a cirurgia de esterilização
291 em mulher descaradamente; **03** – a falta de condições de trabalho da maternidade Santa Mônica; **04** –
292 o desvio da verba na vacinação infantil pela 7ª Região de Saúde, com rede na cidade de Matriz de
293 Camaragibe/AL; **05** – a negociação de venda do sangue (o plasma) pela HEMOAL com multinacional
294 HOESCHI. Juntamente a um requerimento, solicitando que houvesse uma auditoria contábil, financeira
295 e administrativa da verba do SUS – Fundo Estadual de Saúde. A Coordenadora encaminhou a

deliberação de quem iria aos Estados, ficou decidido: Alagoas – Conselheiros **Jocélio** e **Danilo**, Paraíba e Rio Grande do Norte – Conselheiro **Swedenberger**, Espírito Santo – Conselheiro **Allgayer**, Maranhão – Conselheiros **Benício** e **Seixas**. No Acre foi designada uma auditoria. A Coordenadora **Maria Angélica** avisou que a regulamentação do artigo 49 da Lei nº 8.142 seria feita pelo Gabinete do Ministro. Com isso encerrou-se o tema 2 e passou-se ao tema 3. **TEMA 3 – Parecer sobre o Relatório Final da II Conferência Nacional de Saúde Mental** – A Coordenadora **Maria Angélica** pediu ao Doutor **Domingos Sávio** e Doutora **Eliane Said** para apresentar a proposta de constituição da Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica. O Doutor **Domingos Sávio**, apresentou a composição da comissão – Governo e Prestadores: um representante do Ministério da Saúde; um representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS); um representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); dois representantes do segmento de prestadores privados e filantrópicos; Usuários e Sociedade Civil: dois representantes de Associações de Usuários de Serviços de Saúde Mental e Familiares; um representante do Fórum de Conselhos das Profissões da Área de Saúde; um representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; um representante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Informou que estava em curso um processo de reforma psiquiátrica há 20 anos. Acreditou que a comissão devesse ficar ligada ao Conselho para definir estratégias e planos anuais de reforma. O Conselheiro **Allgayer** propôs que saísse uma comissão relatora para analisar a composição da comissão. A Conselheira **Zilda** solicitou a inclusão da CNBB, justificando que a entidade trabalha há muito tempo nessa área. O Conselheiro **Carlini** solicitou a inclusão da Federação Espírita, por acreditar que essa entidade vinha fazendo um bom trabalho nessa área. O Conselheiro **Eurípedes** achou que devesse ser retirado os termos “*Governo e Prestadores – Usuários e Sociedade Civil*” e numerar de 01 a 11 os participantes da comissão. O Conselheiro **Milton** considerou importante a inclusão do MED, por estarem fazendo um bom trabalho nesse setor, devendo o aparelho formador ser sempre ouvido. O Conselheiro **Aboim** solicitou que entrasse no lugar da OAB um representante de profissionais e/ou trabalhadores dessa área, citando a AMB como possível candidata a essa vaga. O Conselheiro **Dellape** acreditou ser de grande valia o setor jurídico do Ministério, com isso a OAB não necessitaria de entrar na composição da comissão, achou que não era necessário a entrada de qualquer igreja na composição. O Conselheiro **Swedenberger** defendeu que no lugar da OAB pudesse ser incluída entidades sindicais. O Conselheiro **Seixas** pediu para fazer da Comissão, como representante das APAE's. O Conselheiro **Swedenberger** pediu esclarecimentos ao Doutor **Domingos Sávio**, pois gostaria de saber se as associações de usuários de serviços de saúde mental e familiares eram organizadas nacionalmente. O Doutor **Domingos Sávio** respondeu que sim. A Coordenadora **Maria Angélica** colocou em votação duas propostas **1** – aprovar a comissão psiquiátrica imediatamente; **2** – criar uma comissão para estudar a composição da comissão psiquiátrica e em próxima reunião trazer para aprovação do Conselho. A primeira proposta foi aprovada pelo Plenário. O Conselheiro **Allgayer** ressaltou que não era procedimento usual do Conselho deliberar sobre esse tipo de assunto sem antes ter criado uma relatoria para estudar a matéria, afirmando que estaria atropelando as comissões técnicas que haviam sido criadas para darem opinião no sentido de melhorar as resoluções do Conselho. O Conselheiro **Swedenberger** lembrou que a II Conferência Nacional de Saúde Mental foi realizada em dezembro de 1992 e que os Conselheiros tomarem conhecimento do relatório final da Conferência bem como todas as comissões técnicas do Conselho e somente a CT/APAS havia se pronunciado sobre a matéria. Considerou que o assunto teria sido suficientemente discutido, propondo ele mesmo ser o relator do tema. A Conselheira **Zilda** pediu que o Doutor **Domingos Sávio** desse esclarecimento sobre o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. O Doutor **Domingos Sávio** esclareceu que foi um movimento que surgiu no final da década de 1970. A Coordenadora **Maria Angélica** considerou importante o acompanhamento da comissão por um Conselheiro sugerindo o nome do Conselheiro **Seixas** para fazer esse acompanhamento. O Conselheiro **Allgayer** perguntou a Doutora **Eliane** se o movimento antimanicomial era um movimento de nível nacional. A Doutora **Eliane** respondeu que não. O Conselheiro **Mansur** considerou desnecessária a inclusão do movimento antimanicomial já que a nível nacional não existia. O Conselheiro **Swedenberger** apresentou uma proposta conciliadora para a comissão: 01 representante do Ministério da Saúde; 01 representante do CONASS; 01 representante do CONASEMS; 02 representantes do segmento de Prestadores de Serviço de Saúde Privados; 01 representante do Ministério da Educação e do Desporto; 02 representantes de Associações de Usuários de Serviços de Saúde Mental e Familiares; 01 representante do Fórum de Entidades das Profissões da Área de Saúde; 01 representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; 01 representante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. A proposta foi aceita pelo Plenário. A Coordenadora para encerrar o tema colocou em votação o acompanhamento da comissão pelo Conselheiro **Seixas**. O Plenário concordou. **TEMA 4 – Presença do Presidente da Fundação Nacional de Saúde e da Coordenadora de DST/AIDS para discutir a**

situação atual da Fundação e o financiamento do Programa de Prevenção e Combate à AIDS – A
Coordenadora **Maria Angélica** cumprimentou o Presidente e solicitou que ele fizesse sua
apresentação. O Doutor **Cândido José Santiago de Moraes** cumprimentou os Conselheiros e
agradeceu o convite para comparecer ao Conselho. Fez um breve histórico de como encontrou a
Fundação, disse ser uma instituição com dificuldades que foram criadas com a reforma administrativa
no início do Governo Collor. Falou que a Fundação queria avançar no processo de municipalização,
ressaltando que a saúde necessitava de uma instituição como a Fundação, com poder de agilidade
administrativa, observando que a mesma devesse se adequar ao momento por que passa o país.
Lembrou que o que deveria ser priorizado era o controle social e a descentralização. Informou que não
havia nenhuma emenda da Fundação que não tivesse sido realizada. Disse querer fazer grupo de
estudo para integração institucional da FNS e para a criação dos escritórios regionais. Achou
importante para o financiamento da saúde a revisão constitucional. O Conselheiro **Francisco** falou ao
Doutor **Cândido** que a FNS não fazia parte do SUS, por isso deveria ser extinta. Perguntou qual a
posição da Fundação em relação à intransigência do Ministro **Brito** em não repassar o recurso
destinado à saúde. O Conselheiro **Jocélio** informou ao Doutor **Cândido** que o Conselho havia votado
pela extinção da Fundação com prazo, e que o CNS estaria atuando junto ao Conselho de Seguridade
Social no sentido de pressionar o Ministro **Brito**, para o cumprimento da lei. O Conselheiro afirmou
ainda ter sentido que a equipe do Ministro **Santillo** não havia reconhecido a importância do CNS, e que
os representantes do Governo quase nunca estavam presentes às reuniões do Conselho. O
Conselheiro **Aboim** solicitou ao presidente que reforçasse o estudo de como assegurar recursos para o
setor. O Doutor **Cândido** disse que em relação ao Ministro **Brito** caberia ao Ministério da Saúde buscar
a fonte de financiamento. Considerou importante trabalhar com o corpo técnico da FNS, para se ter
maior estabilidade institucional e maior condição administrativa. Observou que o controle social era um
grande avanço para a sociedade e que para o ano de 1994 deveriam se concentrar para a estabilizar o
sistema, devendo trabalharem politicamente para uma proposta consensual sobre financiamento. A
Conselheira **Leny** considerou prejudicial para o setor saúde a proposta apresentada pelo Ministro da
Fazenda, definindo como um grande empecilho para desenvolver políticas públicas nesse país,
ponderou que o Conselho sempre teve espaço no Congresso e o Ministério da Saúde deveria somar
esforços para garantir o direito à saúde da população. A Conselheira **Zilda** observou que fazia parte da
saúde o saneamento, e que não via nenhum esforço para coordenação dessa ação. O Ministro da
Saúde deveria utilizar o Conselho para mobilizar o país, pois já havia demonstrado, em outras
ocasiões, o grande poder de mobilização que possui. O Conselheiro **Raimundo** foi contrário à postura
do Presidente da Fundação em relação ao financiamento. Defendeu o financiamento atual da saúde,
mostrando que se houvesse o cumprimento da lei, o setor saúde não estaria passando por esta crise.
Lembrou que o governo Collor havia boicotado o orçamento da Seguridade Social, sendo que 30% das
verbas da Seguridade Social eram destinadas à saúde e foi vetada pelo Presidente da República e o
Ministro da Saúde, na época, não reivindicou esse direito. Considerou ser obrigatório o cumprimento da
lei. O Conselheiro **Elias** disse que o Conselho apresentaria emendas ao Congresso sobre a questão do
financiamento da saúde e que o prazo para apresentação dessas era até o dia 07 de dezembro. Estas
emendas a serem apresentadas, deveriam segundo ele, obedecer a Resolução 67 do Conselho. O
Conselheiro **Raimundo** informou que havia sido aprovado pelo Supremo Tribunal a constitucionalidade
da COFINS. O Doutor **Cândido** considerou o financiamento da saúde um tema da maior importância,
ressaltando que o modelo de financiamento que estava em vigor havia sido feito sobre uma lógica
parlamentarista, achando ser necessário ter uma fonte estável de financiamento. Colocou a disposição
do Conselho a Fundação Nacional de Saúde para quaisquer esclarecimentos, voltando ao Conselho
sempre que houvesse necessidade. Comunicou que a Coordenação DST/AIDS teria ido para a FNS. O
Conselheiro **João Guerra** alertou que estaria sendo feita uma nova assinatura com o Banco Mundial
sobre o Projeto da AIDS, esclarecendo que esse projeto seria o que iria financiar parte do programa da
AIDS. A Coordenadora **Maria Angélica** solicitou que a Doutora **Lair Guerra** fizesse a exposição sobre
o programa. A Doutora **Lair Guerra** demonstrou o seu contentamento por estar no Conselho.
Apresentou o projeto da AIDS, solicitando ajuda do Conselho para resolver questões políticas que
envolviam o setor. O Conselheiro **João Guerra** observou que o processo de negociação do projeto não
havia contado com a participação da sociedade e o documento que tinha sido apresentado no mês de
maio, teria sido modificado, relatando que a Comissão Nacional de AIDS não pode trabalhar no projeto,
afirmou que, tecnicamente, não se opunha ao projeto. Propôs que o Conselho estudasse forma de
acompanhamento dos projetos internacionais. Solicitou esclarecimentos do porquê da mudança da
Coordenação de DST/AIDS para a Fundação Nacional de Saúde. A Doutora **Lair** afirmou que o
processo de negociação do projeto foi participativo e que o processo de negociação transcendia o
Ministério da Saúde, não podendo ser entregues os documentos legais por não serem autorizados pelo
Ministério do Planejamento. Esclareceu que o Brasil ainda não havia assinado o acordo de empréstimo,

precisando existir pressão política para o empréstimo ser efetuado. Explicou que houve reestruturação da Comissão Nacional de AIDS e que a mesma participará do monitoramento e supervisão dos gastos e resultados do projeto. A Conselheira **Zilda** considerou de suma importância que as ONG's fossem treinadas para ajudar no projeto. Parabenizou a Doutora **Lair**. O Conselheiro **Aboim** ponderou falando que se o projeto que havia sido levado ao Banco Mundial não fosse bem elaborado, dificilmente seria aprovado. Perguntou sobre o equipamento que iria ser recebido e se a Coordenação teria a liberdade de compra, questionou, ainda, qual a estimativa de leitos para pacientes com esse projeto. O Conselheiro **Jocélio** observou que o Projeto Nordeste estaria sendo mal utilizado, perguntou se o mesmo poderia ocorrer com o projeto da AIDS. A Doutora **Lair** explicou que proporcionalmente havia limite para compra de equipamentos, sendo especificados os mesmos. Comunicou que haveria postos de estudos para monitorar a dinâmica da infecção, tendo 40 postos em diversos municípios. Em relação aos preservativos o custo desses no Brasil era dez vezes maior que os internacionais e de qualidade inferior, apesar disso seria destinada uma cota para compra de preservativos no Brasil. Mostrou que com a passagem da DST/AIDS para a Fundação ficaria juridicamente inviável a aprovação do projeto pelo Banco Mundial, pois a Fundação Nacional de Saúde teria CGC próprio e o documento teria que ser refeito. O Conselheiro **João Guerra** propôs que uma comissão estudasse o problema do projeto da DST/AIDS. O Conselheiro **Raimundo** pediu a revogação da Portaria que passava a DST/AIDS para a Fundação. O Conselheiro **João Guerra** sugeriu que fosse criada uma comissão para fazer estudos sobre a DST/AIDS passar para a estrutura da FNS, para que não sejam prejudicados os cronogramas já estabelecidos no Projeto, ainda, fez solicitação para uma resolução onde constasse que o Conselho deveria acompanhar os projetos da DST/AIDS. A Coordenadora **Maria Angélica** lembrou que já havia uma resolução de acompanhamento dos projetos do PNUD e se deveria indicar um Conselheiro para fazer esse acompanhamento. O Plenário entendeu que a melhor pessoa para fazer o acompanhamento dos projetos relacionados com a DST/AIDS seria o Conselheiro **João Guerra**. Em seguida a Coordenadora colocou em votação o nome do Conselheiro que faria o acompanhamento dos Projetos do PNUD. A votação vencedora foi como titular o Conselheiro **João Guerra** e Suplente o Conselheiro **Milton**. Com isso se encerrou o tema. **TEMA 5 – Relato da Comissão de Conselheiros que reuniu-se com o CFE e as Propostas de Encaminhamento sobre Novos Cursos** – Comissão: Conselheiros **Milton Menezes, Ernani Aboim, Nelson Seixas** e Doutor **Jorge Adriano** da equipe técnica do CNS. O Conselheiro **Aboim** fez o relato da reunião com o Conselho Federal de Educação, ressaltando dois pontos: **1)** o CFE havia concordado com as solicitações do CNS na área da saúde; **2)** concordaram que se fizesse estudos para elaborar aspectos normativos em outras áreas. O Conselheiro **Swedenberger** expôs que a CT/APAS havia realizado estudos sobre critérios de abertura de novos cursos, já encaminhado ao plenário do CNS, lamentando que os Conselheiros do CFE não abrissem mão da Resolução nº 38/93 do CNS, ficando clara as atribuições do CNS, considerando absurdo vincular esta discussão a outra, sobre os cursos de Biologia, Medicina Veterinária e Serviço Social. O Conselheiro **Aboim** pediu desculpas pela redação do segundo parágrafo do relato do tema 5 onde dizia que o CFE não abria mão da posição de revogação da Resolução nº 38, retificando que o CFE gostaria de resolver o impasse. O Conselheiro **Milton** relatou que a reunião havia transcorrido no sentido de que todos os participantes chegassem a um acordo, ressaltou que a Resolução nº 38/93 quase não havia sido mencionada e que o CFE havia apresentado para abertura de novos cursos uma relação de cursos e distribuição destes através e instituições, e que toda avaliação feita pelo Ministério da educação e pelo Conselho Federal de Educação seguiam essa relação, não havendo questionamento sobre o envolvimento desses cursos com a saúde, devendo ser mais analisado e ponderado o assunto. Acreditou poder haver entendimento consensual entre os Conselhos, fazendo uma padronização dos critérios de avaliação. O Conselheiro **Swedenberger** propôs a manutenção da comissão relatora e a inclusão de um representante da Comissão Técnica de Recursos Humanos e um representante da Comissão Técnica de Atuação Profissional na Área da Saúde, esclarecendo que a comissão seria acompanhada pelo técnico do CNS, Doutor **Jorge Adriano**. A Coordenadora **Maria Angélica** colocou a proposta do Conselheiro **Swedenberger** em votação. A proposta foi aprovada pelo Plenário. A Coordenadora **Maria Angélica**, esse momento, pediu licença para se retirar devido a ter que se submeter a uma cirurgia emergencial solicitou que o Conselheiro **Nelson Seixas** assumisse a Coordenação da reunião. Encerrado o tema 5 passou ao tema 6. **TEMA 6 – Reexame da Resolução nº 38/93, Relativa à Inclusão de Novos Cursos de Ensino Superior na Área de Saúde** – Comissão Relatora: Conselheiros **Milton Menezes, Swedenberger** e **Ana Maria**. O Conselheiro **Swedenberger** apresentou o parecer da comissão que foi pela manutenção da Resolução nº 38. O Conselheiro **Seixas** observou que deveria estar havendo disputa de poder entre os Conselhos. O Conselheiro **Aboim** propôs que na Resolução 38/93, fosse mudado, Serviço Social para Serviço Social em Saúde. O Conselheiro **Swedenberger** explicou que 75% a 85% dos profissionais do curso do Serviço Social faziam parte da área da saúde. O Coordenador Conselheiro **Seixas** colocou em votação: **1)** a

manutenção da Resolução 38/93 do CNS, que incorpora os cursos de Serviço Social, Biologia Medicina Veterinária ao elenco de custas da área de saúde a serem analisados pelo CNS; **2)** não manter a Resolução nº 38/93. Foi aprovada a manutenção da Resolução 38/93 do CNS. O Conselheiro **Aboim** declarou seu voto. Findado esse tema, houve longa discussão para se decidir qual o tema que seria apreciado, o Plenário decidiu pelo tema 12. **TEMA 12 – Informações sobre a Pesquisa sobre Orçamento, Emendas à Constituição, Situação Orçamentária/94** – O Conselheiro **Elias Jorge** apresentou duas propostas de resoluções que ratificam decisões anteriores do Conselho, a primeira foi referente à Pesquisa e Informação orçamentária e a segunda foi referente a emendas para o financiamento da saúde na revisão constitucional. Informou que havia sido designado para assessoria técnica na área de orçamento no CNS. O Conselheiro **Seixas** lembrou que a Resolução 84 ainda não havia sido assinada pelo Ministro. A Conselheira **Leny** apresentou documento da CONAM que expunha posicionamento contrário ao plano orçamentário para 94 do Ministro **Fernando Henrique Cardoso**, solicitou que a equipe do Ministério da Saúde apresentasse o plano orçamentário para 94 na próxima reunião. O Conselheiro **Aboim** solicitou um aparte para apresentar seu parecer sobre a Resolução 01/88 do Conselho e o credenciamento de pesquisa clínica passasse a ser feito pela FIOCRUZ, seu parecer foi que o CNS continuasse com os credenciamentos, aproveitando os elementos às universidades, e a Resolução 01/88 não fosse modificada. Conselheiro **Eurípedes** demonstrou sua preocupação com quem iria assessorar o Conselho nesta questão, considerando importante a FIOCRUZ participar do processo, indicando as universidades. O Conselheiro **Jocélio** considerou que credenciamento não era assunto que o Conselho devesse estar discutindo, devendo ser repassado para a FIOCRUZ ou outro órgão e o Conselho ficaria fiscalizando o processo. O Conselheiro **Milton** considerou o assunto de muita relevância, acreditando que devesse ficar no Conselho, mas sendo assunto em nível da Comissão Intersetorial de Ciência Tecnologia. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** colocou em votação parecer do Conselheiro **Aboim**. O Plenário aprovou o parecer. Conselheiro **Eurípedes** considerou importante um maior estudo sobre assunto e sugeriu que fosse formada uma comissão composta pelos Conselheiros: **Aboim, Carlini e Milton**. A proposta foi aprovada pelo Conselho. O Conselheiro **Eurípedes** informou sobre a greve dos médicos e dentistas que estava acontecendo em Anápolis, propôs que fosse tirada uma comissão do Conselho para verificar o problema naquela cidade. Foram designados para comporem a comissão e irei até a cidade os Conselheiros **Seixas** e **Swedenberger**. O Conselheiro Coordenador **Seixas** fez a leitura da moção de apoio à Secretaria de Vigilância Sanitária, redigida pelos Conselheiros **Aboim e Carlini**. A moção foi aprovada pelo Plenário. O Conselheiro **Seixas** questionou utilização da cartilagem de tubarão sendo usado como medicamento. O Doutor **Jorge Adriano** informou que havia entrado em contato com Secretaria de Vigilância Sanitária e a resposta que havia obtido era que oficialmente não havia indicação nenhuma de que esse medicamento poderia ser utilizado. A Conselheira **Leny** solicitou que fosse encaminhada oficialmente o assunto sobre a cartilagem do tubarão a Secretaria de Vigilância Sanitária. O Conselheiro Coordenador da reunião solicitou a indicação de um relator para analisar o relatório sobre Informação e Política de Saúde para o SUS, sendo indicado o Conselheiro **Edmundo Juarez**. O Conselheiro Coordenador **Seixas** fez a leitura da recomendação elaborada pelo Conselheiro **João Guerra**, que propõe o acompanhamento pelo Conselho dos Projetos da DST/AIDS. Foi aprovada pelo Plenário. Passou-se a tema 7. **TEMA 7 – Autorização de Novos Cursos** – Curso de Fisioterapia – Faculdade de Goiás – Relator Conselheiro **Seixas** – Conselheiro **Seixas** fez a apresentação do seu parecer, que era favorável a abertura do curso. O Plenário aprovou o parecer do Conselheiro por unanimidade. Curso de Psicologia – Faculdade Integrada do DF – Relator Conselheiro **Seixas** – O Conselheiro **Seixas** fez a apresentação do seu parecer, que foi contrário à abertura do curso. O parecer do Conselheiro **Seixas** foi aprovado. Curso de Educação Física – Organização Educacional de Ribeirão Pires – Relator: Conselheiro **Eurípedes**. O Conselheiro **Eurípedes** apresentou seu parecer que foi contrário à abertura do curso. O parecer do Conselheiro **Eurípedes** foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro **Thiers** mostrou preocupação com a elevada abertura de novos cursos, demonstrando que o maior interesse seria de cunho pecuniário. O Conselheiro **Seixas** concordou e considerou importante a verificação dos cursos que estão em andamento. Com isso encerrou-se o tema 7. O Doutor **Jorge Adriano** informou ao Plenário a chegada de 49 processos de abertura de novos cursos, ressaltando que o Conselho teria 90 dias para responder ao MED. O Conselheiro **Eurípedes** demonstrou sua preocupação em relação à abertura de novos cursos. Sugeriu que fosse feito um seminário sobre Recursos Humanos para o SUS em janeiro. O Doutor **Jorge Adriano** esclareceu ao Conselheiro **Eurípedes** que havia entrado em contato com a Coordenadora Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS, Doutora **Joana**, e essa Coordenação já teria um trabalho elaborado sobre o assunto, estando apenas aguardando o calendário para 1994, ressaltando a participação da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos para SUS no referido seminário. O Conselheiro **Eurípedes** disse que em relação à autorização de abertura de novos cursos, não se devia aprovar nada enquanto não se fizesse o

seminário, obtendo concordância da Conselheira **Zilda**, considerou, ainda, que esse evento fosse feito com a maior brevidade possível, para que não houvesse prejuízo do andamento dos trabalhos. O Conselheiro **Jocélio** considerou muito importante a ponderação feita pelo Conselheiro **Eurípedes** e propôs que o seminário fosse realizado nos dias 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 1994, dias que antecederiam à reunião do Conselho, sugeriu, ainda que fosse escolhida uma comissão composta por dois Conselheiros para colaborarem nesse seminário. O Conselheiro **Thiers** concordou plenamente com o Conselheiro **Eurípedes**, mas solicitou um aparte para demonstrar toda a sua indignação ao fato do Ministro ter cedido as pressões das indústrias, em relação ao Decreto 793 – dos genéricos – não tratando o assunto dos medicamentos com a devida seriedade, fez o seu protesto, ressaltando a seriedade com que a equipe anterior tratava esse tipo de assunto. Lamentou que a população sofresse por atitudes desse tipo. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** retomou o assunto de abertura de novos cursos, colocando em votação a proposta do Conselheiro **Jocélio** de realizar a oficina nos dias 31/01/94 e 01/02/94, com dois Conselheiros colaborando na realização do evento. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Coordenador e Conselheiro **Seixas** colocou em votação se distribuiria ou não os processos de abertura de novos cursos. O Plenário foi unânime na decisão de não distribuir os processos enquanto não fosse realizado o seminário. A comissão de conselheiros que colaboraria para organização do seminário ficou composta pelos Conselheiros **Seixas**, **Milton** e **Swedenberger**. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou que o Conselho enviasse ofício ULBRA – RS notificando a Universidade da sua irregularidade na abertura de novos cursos. Encerrado esse tema, passou-se a discussão do tema 8. **TEMA 8 – Proposta de Resolução do Conselho Nacional de Saúde apresentada pelo Conselheiro Thiers** – O Conselheiro e Coordenador **Seixas**, relator da matéria, fez a leitura do parecer favorável à aprovação da primeira resolução do Conselheiro **Thiers**, referente à regularização do Art. 54 da Lei nº 5.991 de 17/12/73. O parecer do Conselheiro **Seixas** foi aprovado pelo Plenário. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura do parecer favorável à proposta da segunda resolução, referente criação de uma câmara técnica composta por cinco farmacologistas. O Conselheiro **Jocélio** questionou se essa proposta já teria sido remetida à Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária Farmacoepidemiologia para dar seu parecer sobre essa resolução. O Conselheiro **Thiers** considerou procedente o que o Conselheiro **Jocélio** falou e informou que essa resolução não havia sido vista pela comissão. O Plenário considerou procedente o que o Conselheiro **Jocélio** ressaltou e decidiu-se por enviarem a resolução à Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia, para só depois emitirem o parecer final. **TEMA 9 – Rediscussão da Resolução nº 49/93, não homologada pelo então Ministro da Saúde, Tratando da Comercialização de Óculos de Presbiopia** – Relator: Conselheiro **Thiers Ferreira** – O Conselheiro **Thiers** comunicou que não poderia dar seu parecer, pois a matéria era complexa, envolvendo interesses pecuniários e o mercado brasileiro neste segmento está em torno de 50 milhões de dólares/ano havendo desrespeito ao usuário por parte dos comerciantes, daí a responsabilidade em dar o parecer. O Conselheiro **Jocélio** afirmou ser desnecessário novo parecer, cabendo ao CNS reafirmar ou não solução anterior. A Conselheira **Zilda** argumentou que para o bem da população a Resolução nº 49 fosse aprovada, não devendo o Conselho ceder a pressões. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** colocou em votação se a matéria iria ser adiada para a reunião que viria ou se votaria o tema naquele momento. Foi aprovado que o tema fosse visto naquele momento. Com a resolução do Plenário em reatar tema, o Conselheiro **Thiers** retirou-se da sessão sob protestos. Em seguida o Coordenador e Conselheiro **Seixas** colocou em votação se o Plenário era favorável a manutenção ou não da Resolução. O Plenário decidiu por unanimidade dos presentes ser favorável a manutenção da Resolução nº 49/93. Findado o tema 09 passou-se a discussão do Tema 10. **TEMA 10 – Recomendação das Comissões Intersetoriais e Técnicas do Conselho Nacional de Saúde** – A Doutora **Jacinta** integrante da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador apresentou a proposta da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador a se realizar nos dias 13 a 16 de março de 1994. Informou que sete etapas estaduais haviam sido realizadas. O Conselheiro **Jocélio** considerou o regimento da Conferência de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho, solicitou a sua substituição, na reunião da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador no dia 15 e dezembro de 1993, pelo Conselheiro **Leilton**. O Conselheiro **Elias Jorge** pediu um aparte para informar a convocação da instalação da Mesa de Negociação no dia 14 de dezembro de 1993. Retornando discussão do Tema 10, a Conselheira **Ana Maria** solicitou que ONEDEF estivesse na composição dos delegados. O Conselheiro **Seixas** solicitou a inclusão da UBC – União Brasileira dos Cegos. A Coordenadora da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, Doutora **Jacinta**, pediu que os Conselheiros prestassem atenção nos gastos orçamentários com o aumento da composição da delegação. A Conselheira **Zilda** sugeriu a inclusão na composição dos delegados das APAE's. O Conselheiro **Francisco** reivindicou a participação do MORHAN na Conferência. A Conselheira **Leny** observou que ao invés de constar Confederação Nacional de Trabalhadores

Rodoviários deveria constar Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte. O Conselheiro **Jocélio** esclareceu com foi o processo de critérios para escolha dos participantes na Conferência. A Doutora **Jacinta** informou que só estaria contatando os segmentos para que estes tirassem seus representantes. Solicitou e os Conselheiros enviassem por escrito as suas contribuições. O Conselheiro **Seixas** solicitou a inclusão de um painel sobre os trabalhadores portadores de deficiência. A Doutora **Jacinta** informou que iria levar a reivindicação do Conselheiro **Seixas** à Comissão Organizadora. O Conselheiro **Elias** pedindo um aparte apresentou quatro propostas de resoluções: **1)** Elaboração de emendas sobre financiamento nos termos da Resolução nº 68; **2)** Ratificação de resoluções anteriores referentes a orçamento; **3)** Pedido de informação sobre o montante de recursos depositados em juízo, relativo ao FINSOCIAL e a COFINS; e **4)** Relacionada à reunião do Conselho Nacional de Seguridade Social, pedir vistas do relatório e sugerir que fosse incluído na pauta do CNSS informes e discussão sobre o orçamento de 1993. O plenário foi favorável as três primeiras propostas de resolução, sendo favorável à quarta proposta, mas considerando que não deveria seguir como resolução. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** retomando o tema 10, fez a leitura da Recomendação nº 24 da CT/APAS, referente à atuação do Conselho junto ao Diretor do SUS. A recomendação foi aprovada, O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura da Recomendação nº 25/93 da CT/APAS, referente à ampliação da rede de Centros de Controles de Zoonoses Municipais. O Conselheiro **Jocélio** sugeriu que essa recomendação fosse remetida de volta à comissão para ser redigida novamente. O Plenário concordou com o Conselheiro **Jocélio**. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura da Recomendação, referente ao Relatório Final e Recomendações sobre o exercício da Acupuntura no Brasil. O Plenário sugeriu que a recomendação fosse remetida de volta a CT/APAS para a reformulação da proposta. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura da Recomendação nº 29/93 da CT/APAS – referente à revisão da Portaria Ministerial de nº 1.352. O Plenário aprovou a referida recomendação. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** leu a proposta de resolução da Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia do CNS, referente à desvinculação da SVS do Ministério da Saúde. Não foi aprovada pelo Conselho. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura do manifesto da Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia, referente à instabilidade político-institucional do Ministério da Saúde. O Plenário do Conselho tomou conhecimento. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura da Recomendação nº 22 da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio, referente a uma política federal de recursos humanos para a saúde indígena. O Plenário aprovou a recomendação. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** fez a leitura da Recomendação 01/92 da Comissão Técnica de Atuação dos Usuários, referente ao Projeto e Declaração de Direito dos Usuários. O Plenário decidiu que essa recomendação ficasse para a próxima reunião. Após o término do tema 10, passou-se ao Tema 14.

TEMA 14 – Definição de Calendário de Reunião de 1994 – O calendário ficou aprovado da seguinte forma: Não haverá reunião em janeiro; 02 e 03 de fevereiro; 02 e 03 de março; 06 e 07 de abril; 04 e 05 de maio; 08 e 09 de junho; 06 e 07 de julho; 03 e 04 de agosto; 31/08 e 01 de setembro; 05 e 06 de outubro; 09 e 10 de novembro e 07 e 08 de dezembro. Finalizado o tema 14, a Conselheira **Ana Maria** solicitou o apoio do Conselho para representá-lo na reunião nos dias 10 a 12 de dezembro sobre “*Diferenças X Desigualdades*” no Pará. O Plenário aprovou a Conselheira para representá-lo nessa reunião. O Conselheiro e Coordenador **Seixas** deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes e assinaram o Livro de Presença os seguintes Conselheiros: **Jocélio Henrique Drummond, Francisco Ubiratan Dellape, Eurípedes Balsanufu Carvalho, Raimundo Coelho Bezerra de Farias, Leilton Pereira Guedes, Augusto Alves de Amorim, Ernani Vitorino Aboim Silva, Thiers Ferreira, Mansur José Mansur, Isa Maria Pagano Castilho, João Guerra de Castro Monteiro, Benício Parentes Sampaio, Nelson de Carvalho Seixas, Pedro Tauil, Elias Antonio Jorge, Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Ana Maria Lima Barbosa, Zilda Arns Neumann, Cláudio Jose Allgayer, Zaira Campedelli Galante, Francisco Augusto Vieira Nunes, Leny May da Silva Campelo, Milton Menezes da Costa Neto, Antonio Sabino dos Santos, Danilo Lins Cordeiro Campos, e Mozart de Abreu e Lima. FIM.**